

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**AUDITORIA INTERNA**

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITO-  
RIA INTERNA DO ANO DE 2018**

**2019**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**



**AUDITORIA INTERNA**

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA DO ANO DE 2018**

**2019**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA CENCIAR Nº 41/DAUD3, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Aprova o Relatório Anual de Atividades  
de Auditoria Interna referente ao ano de  
2018.

**O CHEFE DO CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no inciso I do Art. 18, do Regulamento do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, ROCA 21-91, aprovado pela Portaria nº 167/GC3, de 30 de janeiro de 2019, de acordo com o item 2.3.2, da NSCA 5-1, aprovada pela Portaria COMGEP nº 1.444/DLE, de 24 de julho de 2014, e conforme o que consta do Processo nº 67022.003430/2018-33, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Int MARCOS AURÉLIO PEREIRA SILVA  
Chefe do CENCIAR

(Publicada no BCA nº 57, de 08 MAR 2019, fl. nº 4186 )  
(Republicada no BCA nº 064 , de 17 de abril de 2019)

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1	Organograma do CENCIAR, 18	
QUADRO 1	Auditorias Realizadas, 21	
QUADRO 2	Auditorias em Monitoramento 2018, 23	
QUADRO 3	Audidores lotados no CENCIAR 2018, 25	
QUADRO 4	Capacitações Realizadas pelos Auditores em 2018, 25	
QUADRO 5	Custos com Auditoria, Fiscalização e Capacitação em 2018, 26	
QUADRO 6	Demandas Externas, 28	
QUADRO 7	Medidas Adotadas para Apuração e Ressarcimento de Dano ao Erário, 29	
QUADRO 8	Fiscalizações 2018, 30	
QUADRO 9	Atos de Pessoal Recebidos e Homologados em 2018, 30	
QUADRO 10	Trilhas de Auditoria 2018,	31

## ÍNDICE

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 CONCEITUAÇÃO .....	11
1.1.1 AUDITORIA INTERNA .....	11
1.1.2 AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL .....	11
1.1.3 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO .....	11
1.1.4 CRITICIDADE .....	12
1.1.5 GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS .....	12
1.1.6 IMPROPRIEDADE .....	12
1.1.7 IRREGULARIDADE.....	12
1.1.8 MATERIALIDADE.....	12
1.1.9 MATRIZ DE RISCO .....	13
1.1.10 RELEVÂNCIA .....	13
1.1.11 RISCO .....	13
1.1.12 RISCO DE AUDITORIA.....	13
1.1.13 RISCO DE CONTROLE .....	13
1.1.14 RISCO DE DETECÇÃO .....	13
1.1.15 RISCO INERENTE.....	13
1.2 ABREVIATURAS .....	13
<b>2 2 CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA.....</b>	<b>15</b>
2.1 HISTÓRICO .....	15
2.2 COMPETÊNCIAS .....	15
<b>3 AUDITORIAS .....</b>	<b>17</b>
3.1 PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA 2018.....	17
3.1.1 AUDITORIAS REALIZADAS .....	18
3.1.2 AUDITORIAS ESPECIAIS.....	19
3.1.3 RECOMENDAÇÕES EMITIDAS .....	20
3.1.4 AUDITORIAS NÃO REALIZADAS.....	20
3.2 MONITORAMENTO .....	20
<b>4 RECURSOS.....</b>	<b>22</b>
4.1 HUMANOS.....	22
4.1.1 CAPACITAÇÃO TÉCNICA .....	22
4.2 ORÇAMENTÁRIOS .....	23
4.3 MATERIAIS .....	23
<b>5 5 DEMANDAS EXTERNAS E ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO .....</b>	<b>24</b>
5.1 DEMANDAS EXTERNAS .....	24
5.1.1 MEDIDAS PARA APURAÇÃO E RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO .....	25
5.2 FISCALIZAÇÃO.....	26
5.3 FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL .....	27
<b>6 ANÁLISE DO PROCESSO DE GOVERNANÇA, DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DOS CONTROLES INTERNOS.....</b>	<b>29</b>
6.1 PROCESSO DE GOVERNANÇA .....	29
6.2 GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	29
6.3 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO .....	30
<b>7 BENEFÍCIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DO CENCIAR .....</b>	<b>31</b>
<b>8 PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE .....</b>	<b>32</b>
<b>9 CONCLUSÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>



## **PREFÁCIO**

Em atendimento ao preconizado na Constituição Federal de 1988, o Congresso Nacional realiza a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União por meio do controle externo a ser executado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e pelo sistema de controle interno de cada Poder, por meio de atividades de auditoria e fiscalização.

Nesse ínterim, o CENCIAR é parte integrante do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, exercendo a função de Unidade de Auditoria Interna Governamental no Comando da Aeronáutica (COMAER), com o propósito de agregar valor à gestão das suas Unidades Gestoras (UG).

Outrossim, faz-se mister destacar o protagonismo na garantia do acatamento das diretrizes oriundas do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) frente à reestruturação administrativa no COMAER nos últimos anos, verificando por meio de auditorias internas os controles internos da gestão instituídos sobre os recursos à disposição nas diversas UG dessa nova estrutura.

Dessa forma, com vistas ao registro gerencial dos trabalhos desempenhados no exercício de 2018, o CENCIAR apresenta o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT 2018), o qual reflete, dentre outras atribuições, as atividades de auditorias internas realizadas, em cumprimento à Instrução Normativa da Controladoria-Geral da União nº 9, de 9 de outubro de 2018.





## **1 INTRODUÇÃO**

O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT 2018) objetiva a apresentação dos trabalhos que envolveram as atividades do CENCIAR no exercício de 2018, principalmente as ações de auditoria interna executadas em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) para o mesmo ano.

O RRAINT 2018 está estruturado de forma que a informação a ser passada seja apreendida facilmente, observando igualmente a Instrução Normativa (IN) nº 9, da Controladoria Geral da União – CGU, de 9 de outubro de 2018, sendo pontualmente citada no decorrer deste documento.

Antes da abordagem do conteúdo voltado à finalidade deste Relatório, julga-se imprescindível a definição de conceitos e do conhecimento de siglas que serão doravante utilizados, bem como, em capítulo próprio, o sumário histórico do CENCIAR e de suas atribuições como Unidade de Auditoria Interna do COMAER.

### **1.1 CONCEITUAÇÃO**

As conceituações que se seguem nortearam o PAINT 2018 e serviram de arcabouço conceitual utilizado pelos auditores para a execução de suas atribuições.

#### **1.1.1 AUDITORIA INTERNA**

A auditoria interna é a atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança. As auditorias internas no âmbito da Administração Pública se constituem na terceira linha ou camada de defesa das organizações, uma vez que são responsáveis por proceder à avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão (primeira linha de defesa, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização) e da supervisão dos controles internos (segunda linha de defesa, executada por instâncias específicas). Compete às auditorias internas oferecer avaliações e assessoramentos às organizações públicas, destinados ao aprimoramento dos controles, de forma que controles mais eficientes e eficazes mitiguem os principais riscos de que os órgãos e entidades não alcancem seus objetivos.

#### **1.1.2 AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL**

Consiste nas atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e do orçamento da União e da gestão dos administradores públicos federais.

#### **1.1.3 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO**

São o conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, dentre outros, operacionalizados de forma integrada por todos os níveis profissionais das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais sejam alcançados:

- a) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações;
- b) cumprimento das obrigações de accountability;
- c) cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis;
- d) salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e danos; e

e) aumento da probabilidade de que os objetivos e metas sejam efetivamente alcançados, concentrando-se em verificar se a Organização está mitigando os riscos para sua realização.

#### **1.1.4 CRITICIDADE**

Representa o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a auditar ou a fiscalizar, identificadas em uma determinada Unidade ou Programa. Trata-se da composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos latentes, das trilhas de auditoria ou fiscalização. Deve-se levar em consideração o valor relativo de cada situação indesejada. A criticidade é, ainda, a condição imprópria, por ilegalidade, por ineficácia ou por ineficiência de uma situação de gerência. Expressa a não aderência normativa e os riscos potenciais a que estão sujeitos os recursos utilizados. Representa o perfil organizado, por área, dos pontos fracos de uma organização.

#### **1.1.5 GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS**

O Gerenciamento de Riscos Corporativos (Enterprise Risk Management – ERM) é um processo contínuo e de abordagem rigorosa, conduzido pelos profissionais em todos os níveis da Organização, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar eventos em potencial, capazes de afetá-la, e para administrar os riscos de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco da Organização, possibilitando garantia razoável no cumprimento dos seus objetivos estratégicos.

#### **1.1.6 IMPROPRIEDADE**

Consiste em falhas de natureza formal que não resulta em dano ao Erário, porém evidencia-se a não observância aos princípios da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade.

#### **1.1.7 IRREGULARIDADE**

Caracteriza-se pela não observância aos princípios da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade, materializando-se na existência de desfalque, alcance, desvio de bens ou outra conduta de que resulte prejuízo quantificável para o Erário.

#### **1.1.8 MATERIALIDADE**

Refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle, objeto dos exames de auditoria ou fiscalização (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação). Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos.

### 1.1.9 MATRIZ DE RISCO

Consiste em um método de representação das avaliações de riscos, dentre inúmeros, como ferramenta auxiliar ao planejamento de auditorias. Também é conhecida por matriz de impacto.

### 1.1.10 RELEVÂNCIA

Significa a importância relativa ou o papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existente em um dado contexto.

### 1.1.11 RISCO

Possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos. O risco é medido em termos de impacto e de probabilidade.

### 1.1.12 RISCO DE AUDITORIA

Qualquer evento adverso, capaz de impedir que o objetivo de auditoria seja alcançado e possui três componentes: risco inerente, risco de controle e risco de detecção.

### 1.1.13 RISCO DE CONTROLE

Relaciona-se com a possibilidade de que falhas nos controles internos não detectem erros relevantes.

### 1.1.14 RISCO DE DETECÇÃO

Relaciona-se ao próprio trabalho do auditor e à possibilidade de que suas ações não detectem erros, omissões ou irregularidades existentes.

### 1.1.15 RISCO INERENTE

Risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto.

## 1.2 ABREVIATURAS

APOG – Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão;

AUDIFISC – Sistema estruturante de apoio informatizado aos trabalhos de auditoria e de fiscalização realizados pelo CENCIAR;

BCA – Boletim do Comando da Aeronáutica;

CENCIAR – Centro de Controle Interno da Aeronáutica;

CGU – Controladoria-Geral da União;

COMAER – Comando da Aeronáutica;

COPAC – Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate;

EMAER – Estado-Maior da Aeronáutica;

ERM – Enterprise Risk Management;

IA-CM – Internal Audit Capability Model;

INTRAER – Rede de computadores privativa do Comando da Aeronáutica;

NPA – Norma Padrão de Ação;

ODGSA – Órgãos de Direção Geral, Setorial e de Assistência ao Comandante da Aeronáutica;

PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna;

PGMQ – Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade;

RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna;

TCE – Tomada de Contas Especial;

TCU – Tribunal de Contas da União;

SCCP – Subchefia de Controles e Processos do CENCIAR;

SecexDefesa – Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública;

SEFA – Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica;

SISCONIAER – Sistema de Controles Internos da Aeronáutica;

UG – Unidade(s) Gestora(s).

## 2 CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

### 2.1 HISTÓRICO

As atividades de auditoria já estavam presentes no âmbito do então Ministério da Aeronáutica, antes até da criação da Secretaria-Geral da Aeronáutica em 1972, conhecida mais tarde por Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), responsável, dentre outras atribuições, pela atividade de auditoria interna, desempenhada por meio da sua Subsecretaria de Auditoria (SUAUD).

Em 2009, em atenção à recomendação do Acórdão nº 1.704/2009 – TCU – Plenário, sobre levantamento de natureza operacional realizado como parte dos trabalhos de Tema de Maior Significância, Governança no Setor Público, o Governo Federal emitiu o Decreto nº 7.809, de 20 de setembro de 2012.

Esse Decreto criou o CENCIAR, Unidade Setorial da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, que passou a existir a partir de 5 de outubro de 2012, competindo-lhe planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de controle interno no âmbito do COMAER.

O CENCIAR sujeita-se à supervisão técnica e orientação normativa da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, sem prejuízo da subordinação administrativa ao COMAER, vinculada diretamente ao Comandante da Aeronáutica, de forma a observar a independência no exercício da auditoria.

Em 2018, o CENCIAR passou também a ser o Órgão Central do Sistema de Controles Internos da Aeronáutica (SISCONIAER), visando a realizar orientações e aperfeiçoamento de normativos da segunda linha de defesa (supervisão dos controles internos) para implementação dos controles internos da gestão na primeira linha de defesa (ações de controle executadas por todos os níveis de gestão dentro da organização), em todos os níveis das estruturas organizacionais do COMAER.

A nova atribuição ficou sob a responsabilidade da Subchefia de Controles e Processos do CENCIAR (SCCP).

### 2.2 COMPETÊNCIAS

Ao CENCIAR, nos termos da legislação vigente, consoante a Diretriz do Comandante da Aeronáutica, como Unidade Setorial da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, compete:

I – planejar, dirigir, coordenar, controlar, executar e avaliar as atividades da Auditoria Interna Governamental;

II – avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo, a execução do orçamento da União e a gestão dos administradores públicos federais;

III – examinar, para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União (TCU), os atos de admissão de pessoal e de concessão de reforma, aposentadoria e pensão;

IV – instruir os processos de contas anual, os processos de ressarcimento ao Erário e os processos administrativos de responsabilização de pessoa jurídica;

V – orientar e avaliar as Unidades Gestoras quanto ao gerenciamento dos riscos corporativos e à estruturação integrada de controles internos da gestão; e

VI – assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos atinentes à sua esfera de competência.

Tais competências são previstas no Regimento Interno do CENCIAR, RICA 21-242, de 2019, aprovado pela Portaria CENCIAR nº 30/AMNO, de 20 de fevereiro de 2019, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) nº 36, de 20 de fevereiro de 2019.

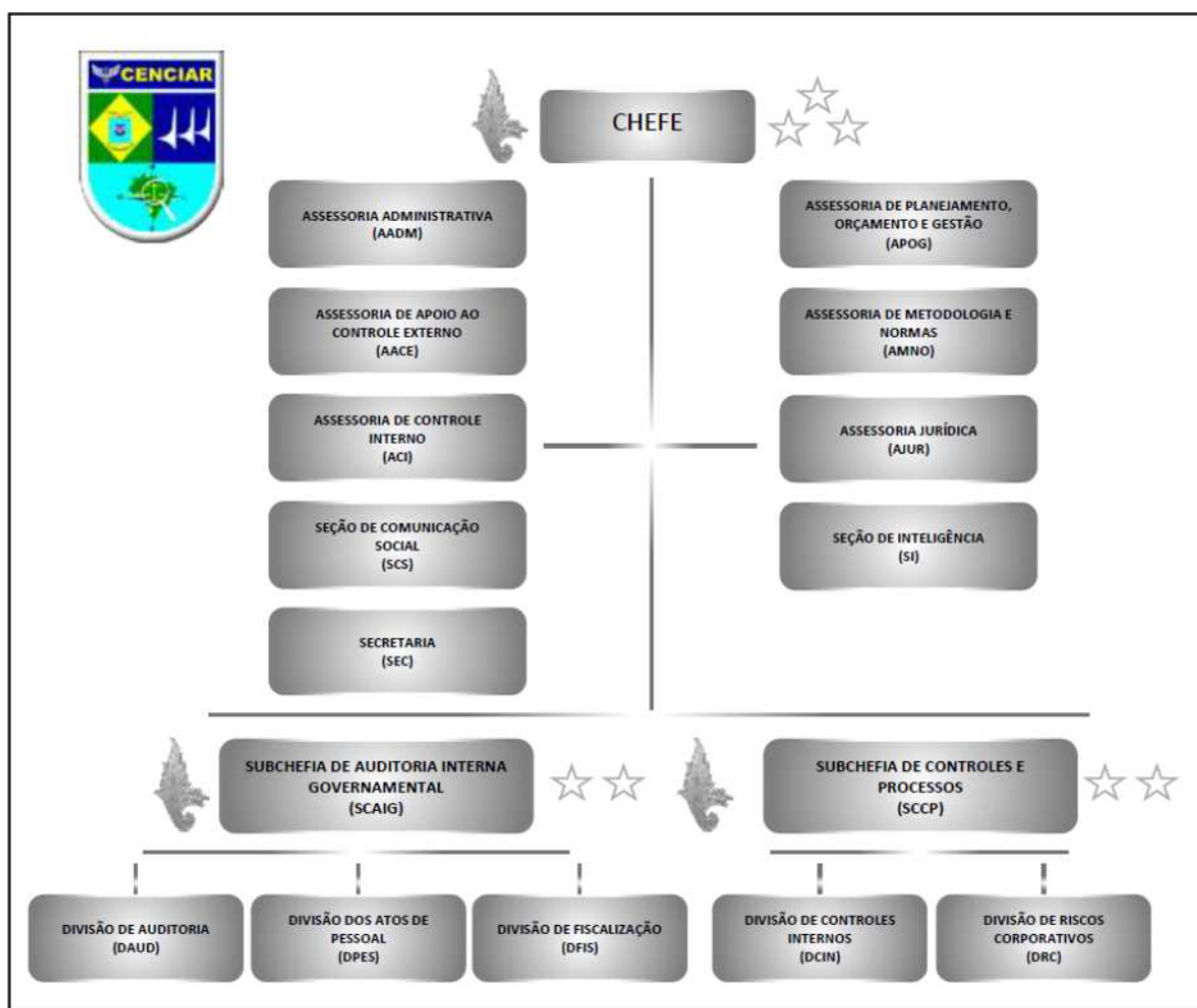


Figura 1 Organograma do CENCIAR.

Fonte: Adaptado do RICA 21-242, de 2019

### 3 AUDITORIAS

A elaboração do planejamento das auditorias é de responsabilidade da Divisão de Auditoria (DAUD), sendo uma atividade que, geralmente, inicia-se no último trimestre de cada exercício e que, uma vez aprovado pelo Chefe do CENCIAR, leva-se ao conhecimento das Unidades Gestoras (UG) do âmbito do COMAER por meio de publicação no BCA.

Foram levadas em consideração três classificações de auditoria que nortearam, à época, o planejamento constante do PAINT 2018:

a) Auditoria de Contas, a qual se caracteriza por uma ação de controle conduzida pelo órgão de controle interno sobre as peças produzidas pelas Unidades Prestadoras de Contas, cujos responsáveis terão as contas julgadas pelo TCU, com vistas à verificação da conformidade e dos resultados da atuação da unidade no exercício a que se referem as contas;

b) Auditoria de Avaliação da Gestão, a qual tem por objetivo emitir parecer com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados, compreendendo, entre outros, os seguintes aspectos:

- o exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas;
- o exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos;
- a verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil;
- a verificação do cumprimento da legislação pertinente; e
- a avaliação dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos mesmos; e

c) Auditoria Especial, cujo objetivo é o exame de fatos ou de situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizada para atender à determinação expressa de autoridade competente. Classifica-se, nesse tipo de auditoria, trabalhos não inseridos em outras classes de atividades.

#### 3.1 PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA 2018

Para a Auditoria de Contas, os critérios adotados envolveram a premissa do julgamento das contas das UG do COMAER pelo TCU. Sendo assim, contemplaram o objetivo de avaliar os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, no exercício de 2017, sendo viabilizado pela obtenção de informações, quanto às metas e aos objetivos traçados para o citado exercício e às respectivas realizações, em função dos diversos tipos de recursos geridos (humanos, orçamentários, financeiros e patrimoniais), conforme os conteúdos de referência previstos no Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 163, de 6 de dezembro de 2017, bem como o acordado em reunião realizada entre o CENCIAR e a Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa), em 6 de dezembro de 2017.

Para as Auditorias de Avaliação de Gestão, o critério inicial consistiu no preenchimento da Matriz de Riscos que, conseqüentemente, gerou uma classificação das UG e, sendo observados os princípios da criticidade e da relevância, foi complementado pelos critérios a seguir:

- a) UG que foram implantadas como Grupamentos de Apoio, concentrando as atividades administrativas de diversas UG apoiadas, e que não foram auditadas em 2015, 2016 ou 2017;
- b) UG sediadas no exterior, por estarem isoladas territorialmente;
- c) UG que tratam de assuntos considerados primordiais, de natureza incomum ou extraordinária;
- d) UG com atuação em áreas sui generis;
- e) UG que atuam como segunda linha de defesa;
- f) UG que foram alvos de Diligência, Sindicância, Tomada de Contas Especial (TCE), Processo Administrativo para Recomposição ao Erário (PARE), Inquérito Policial Militar (IPM), dentre outras demandas;
- g) UG que tenham recebido Certificado de Irregularidade do TCU; e
- h) UG por determinação do Comandante da Aeronáutica, do Chefe do CENCIAR, ou por proposição dos órgãos de controle interno ou externo.

Para as Auditorias Especiais, foi considerado como critério o disposto na Ata de Reunião entre a SecexDefesa e o CENCIAR, realizada em 6 de dezembro de 2017, especificamente quanto à verificação de contratos de fornecimento de bens ou de prestação de serviços firmados em, no mínimo, dois projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), considerando os critérios de relevância, materialidade, criticidade e oportunidade, a fim de averiguar:

- a) se houve a entrega efetiva do objeto;
- b) se as cláusulas contratuais (em especial, preço, prazo e escopo) estão sendo respeitadas; e
- c) a existência de eventuais inversões indevidas dos estágios da despesa (empenho, liquidação e pagamento).

De forma complementar, ainda foram observados os feriados nacionais e regionais, o plano de férias e a disponibilidade dos auditores para a distribuição no calendário de 2018 dos períodos para a realização das auditorias.

### 3.1.1 AUDITORIAS REALIZADAS

Inicialmente, informa-se que o presente tópico atende ao inciso I, do Art. 17, da IN CGU nº 9, de 2018, que trata de descrição dos trabalhos de auditoria realizados.

Para as auditorias efetuadas, em especial para as Auditorias de Avaliação de Gestão, os trabalhos realizados pelos auditores subdividiram-se em quatro áreas:

- a) direção, controles internos e gestão de riscos corporativos;
- b) licitações e contratos;
- c) finanças e pessoal; e
- d) bens patrimoniais.

Assim, o PAINT 2018 contou com a aprovação da realização de auditoria em 35 (trinta e cinco) UG, sob a perspectiva das três tipificações de auditoria. Ao fim do exercí-



cio, foram realizadas 36 (trinta e seis) auditorias: todas as planejadas, acrescida de uma Auditoria Especial, conforme Quadro a seguir:

UNIDADE GESTORA	CLASSIFICAÇÃO	PERÍODO
<b>AUDITORIAS DE CONTAS – PAINT 2018</b>		
EMAER – Estado-Maior da Aeronáutica	Responsável	14 A 25 MAIO
<b>AUDITORIAS DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO – PAINT 2018</b>		
HFAB – Hospital de Força Aérea de Brasília	Responsável	26 FEV A 02 MAR
GAP-CT – Grupamento de Apoio de Curitiba	Executora	05 A 09 MAR
GAP-GW – Grupamento de Apoio de Guaratinguetá	Executora	12 A 16 MAR
GAP-BR – Grupamento de Apoio de Brasília	Executora	19 A 23 MAR
GAP-DF – Grupamento de Apoio do Distrito Federal	Executora	02 A 06 ABR
GAP-CO – Grupamento de Apoio de Canoas	Executora	09 A 13 ABR
HABE – Hospital de Aeronáutica de Belém	Responsável	16 A 20 ABR
GAP-SM – Grupamento de Apoio de Santa Maria	Executora	23 A 27 ABR
GAP-AK – Grupamento de Apoio de Alcântara	Executora	07 A 11 MAIO
HAMN – Hospital de Aeronáutica de Manaus	Responsável	07 A 11 MAIO
PAMB-RJ – Parque de Material Bélico da Aeronáutica do Rio de Janeiro	Responsável	14 A 18 MAIO
HFASP – Hospital de Força Aérea de São Paulo	Responsável	21 A 25 MAIO
DIREF – Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica	Responsável	04 A 08 JUN
HARF – Hospital de Aeronáutica de Recife	Responsável	04 A 08 JUN
GAP-YS – Grupamento de Apoio de Pirassununga	Executora	23 A 27 JUL
GAP-CG – Grupamento de Apoio de Campo Grande	Executora	30 JUL A 03 AGO
HAAF – Hospital de Aeronáutica dos Afonsos	Responsável	30 JUL A 03 AGO
CABW – Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington	Executora	06 A 10 AGO
HFAG – Hospital de Força Aérea do Galeão	Responsável	06 A 10 AGO
GAP-BV – Grupamento de Apoio de Boa Vista	Executora	13 A 17 AGO
CEMAL – Centro de Medicina Aeroespacial	Responsável	13 A 17 AGO
GAP-PV – Grupamento de Apoio de Porto Velho	Executora	27 A 31 AGO
HCA – Hospital Central da Aeronáutica	Responsável	27 A 31 AGO
CABE – Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa	Executora	10 A 14 SET
COMARA – Comissão de Aeroportos da Região Amazônica	Responsável	10 A 14 SET
GAP-RJ – Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro	Executora	17 A 21 SET
GAP-BQ – Grupamento de Apoio de Barbacena	Executora	24 A 28 SET
DIRSA – Diretoria de Saúde da Aeronáutica	Responsável	24 A 28 SET
CAE – Centro de Aquisições Específicas	Executora	15 A 19 OUT
BAFZ – Base Aérea de Fortaleza	Executora	05 A 09 NOV
BAFL – Base Aérea de Florianópolis	Executora	19 A 23 NOV
BASV – Base Aérea de Salvador	Executora	26 A 30 NOV
<b>AUDITORIAS ESPECIAIS – PAINT 2018</b>		
COPAC – Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (Projeto F-X2)	Responsável	16 A 25 ABR
COPAC – Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (Projeto H-XBR)	Responsável	21 A 25 MAIO
<b>AUDITORIAS ESPECIAIS</b>		
PAGL – Prefeitura de Aeronáutica do Galeão	Responsável	23 A 27 ABR

Quadro 1: Auditorias Realizadas.

Fonte: Seção de Monitoramento – DAUD3 (2019).

### 3.1.2 AUDITORIAS ESPECIAIS

Conforme informado no tópico anterior, foram realizadas três Auditorias Especiais no ano de 2018: as duas primeiras na COPAC, referente a contratos dos Projetos F-X2 e H-XBR e a terceira na Prefeitura de Aeronáutica do Galeão (PAGL).

Atendendo ao inciso II, do Art. 17, da IN CGU nº 9, de 2018, informa-se que somente esta última auditoria não estava prevista no PAINT 2018, sendo instaurada pelo CENCIAR em decorrência do Despacho do Gabinete do Comandante da Aeronáutica, nº 100/GC4/2826, de 19 de março de 2018, destinada a averiguar os fatos e as situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, no âmbito da PAGL.

### 3.1.3 RECOMENDAÇÕES EMITIDAS

Este tópico visa a atender parcialmente ao inciso III, do Art. 17, da IN CGU nº 9, de 2018, pois trata das recomendações emitidas no ano de 2018, sejam elas resultantes do PAINT 2018 ou decorrentes dos relatórios de auditoria dos PAINT dos anos anteriores.

No ano de 2018, foram emitidos 17 (dezessete) relatórios de auditoria referentes ao PAINT 2017, de um total de 24 (vinte e quatro) auditorias realizadas. Tal execução correspondeu à integralidade do planejado para 2017.

Com relação ao PAINT 2018, foram emitidos 13 (treze) relatórios de auditoria de um total de 36 (trinta e seis) auditorias realizadas. Em fase de elaboração, encontravam-se 23 (vinte e três) relatórios, a maioria sob a revisão dos Coordenadores das equipes de auditoria, em dezembro de 2018, visando à homologação do Chefe do CENCIAR e posterior remessa documental e eletrônica, por meio do software AUDIFISC, às Unidades Auditadas.

Ainda em dezembro de 2018, das 13 (treze) auditorias em monitoramento, a Auditoria Especial realizada na COPAC referente ao Projeto F-X2 encontrava-se concluída.

Preocupado com providências a serem tomadas pelas UG antes do recebimento do relatório de auditoria, o CENCIAR emitiu ofícios pós-auditoria, no qual as Unidades Auditadas receberam recomendações anteriores à emissão dos relatórios de auditoria, principalmente quando os fatos constatados pelos auditores envolveram indícios de dano ao Erário.

Nesse contexto, na execução do PAINT 2018, foram emitidos 173 (cento e setenta e três) ofícios para 27 (vinte e sete) UG auditadas, mencionadas nos respectivos relatórios de auditoria.

### 3.1.4 AUDITORIAS NÃO REALIZADAS

Ainda para atender ao inciso I, do Art. 17, da IN CGU nº 9, de 2018, ratifica-se que todas as auditorias objeto do PAINT 2018 foram realizadas, totalizando-se a execução de 36 (trinta e seis) auditorias, sendo uma destas fora do escopo planejado.

## 3.2 MONITORAMENTO

Complementarmente ao item 3.1.3 do presente Relatório, em cumprimento ao inciso III, do Art. 17, da IN CGU nº 9, de 2018, aborda-se a fase de monitoramento da auditoria, executada pelos auditores e coordenada pela Seção de Monitoramento (DAUD3).

Ressalta-se que a atividade de monitoramento abrange as recomendações realizadas na emissão dos relatórios de auditoria, envolvendo os PAINT de vários exercícios.

No ano de 2018, foi dado enfoque no atendimento às recomendações das auditorias realizadas nos anos anteriores a 2016, inclusive, o que possibilitou a redução das auditorias em monitoramento referentes aos anos de 2014 a 2016 e o fim do monitoramento referente a 2013.

No Quadro a seguir, evidencia-se a evolução do monitoramento das auditorias no ano de 2018, referente ao seu respectivo PAINT:

2013		2014		2015		2016		2017		2018		TOTAL
JAN/18	DEZ/18	JAN/18	DEZ/18	JAN/18	DEZ/18	JAN/18	DEZ/18	JAN/18	DEZ/18	JAN/18	DEZ/18	DEZ/18
AUDITORIAS REALIZADAS												
23	23	45	45	33	33	33	33	24	24	0	36	194
AUDITORIAS EM MONITORAMENTO												
1	0	5	4	6	5	22	18	7	23	0	12	62
AUDITORIAS CONCLUÍDAS												
22	23	40	41	27	28	11	15	1	1	0	1	109
CONCLUSÃO												
96%	100%	89%	91%	82%	85%	33%	45%	4%	4%	-	3%	56%
+ 4%		+ 2%		+ 3%		+ 12%		-		+ 3%		

Quadro 2: Auditorias em Monitoramento 2018.

Fonte: Seção de Monitoramento – DAUD3 (2019).

Fica demonstrado que, quanto à realização dos PAINT ao final de 2018, por meio da razão entre o total das auditorias realizadas e o total das auditorias concluídas em dezembro de 2018, respectivamente, 56% dos trabalhos envolvendo as auditorias foram finalizados, incluindo as Auditorias Especiais não planejadas.

Ressalta-se que os dados informados refletem os relatórios de auditoria, sem considerar o quantitativo de pontos de auditoria que compõe cada relatório.

## 4 RECURSOS

Nesta parte do Relatório, atende-se ao inciso IV, do Art. 17, da IN CGU nº 9, de 2018, na medida em que aborda os recursos adotados para a execução plena do PAINT 2018, sejam eles divididos em humanos, orçamentários e materiais.

### 4.1 HUMANOS

As auditorias realizadas no ano de 2018 contaram com a participação de 43 (quarenta e três) auditores, todos lotados no CENCIAR e distribuídos em áreas, conforme Quadro a seguir:

ÁREA	AUDITORES
Direção, Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos	7
Licitações e Contratos	13
Finanças e Pessoal	10
Controle de Bens Patrimoniais	13
Total	43

Quadro 3: Auditores lotados no CENCIAR 2018.

Fonte: Seção de Execução e Comunicação – DAUD2 (2018).

Cabe ressaltar que é inerente à profissão militar a possibilidade de movimentação para outras localidades; assim, no ano de 2018, 4 (quatro) auditores militares foram transferidos do CENCIAR, acrescido de 1 (um) civil. Em contrapartida, 14 (quatorze) auditores militares e 1(um) auditor civil foram incorporados ao quadro de auditores, após serem capacitados.

#### 4.1.1 CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Com vistas a atender ao inciso V, do Art. 17, da IN CGU nº 9, de 2018, o Quadro a seguir demonstra as participações dos auditores em eventos voltados à capacitação:

CURSOS, INSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES	AUDITORES
Controle na Administração Pública	1
Especialização em Gestão Pública	2
Controle Interno	1
Palestra TCU sobre Prestação de Contas do exercício 2017	4
Cursos de Auditores Internos nível intermediário	7
COSO ICIF 2013 - Implementando a Estrutura de Controles Internos	10
Projeto Prevenir. Palestra: A Atuação da Corregedoria	2
Curso do Tesouro Gerencial	2
Combate a Desvios e Temas Polêmicos em Contratos	3
Curso do Módulo Aquisição e Contratos	4
Curso de Formação Básica de Auditor Interno Governamental – Exército Brasileiro	3
Curso de Planejamento e Gestão das PPP	2
Curso de Auditoria Básico do Centro de Controle Interno da Marinha do Brasil	1
Seminário Nacional - Governança e Gestão de Riscos no Setor Público: Como Entender e Aplicar.	5
XVI Semana de Discussões Técnicas da CGU	3
Curso de Noções de Direito Administrativo e Legislação	1
Gestão de Riscos no Setor Público	7
Ferramenta Padronizada de BI - <i>QLIK SENSE</i>	1
I Seminário de Integridade no Comando da Aeronáutica	8
Curso sobre Treinamento para Seções de Pessoal Civil	1
Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos - 3ª Edição – Exército Brasileiro	2
2º Seminário Internacional de Auditoria	4
IV Simpósio de Controle Interno do Ministério da Defesa	12
Seminário de Auditoria de Riscos	4
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>

Quadro 4: Capacitações Realizadas pelos Auditores em 2018.

Fonte: Assessoria de Metodologia e Normas – AMNO (2018).

## 4.2 ORÇAMENTÁRIOS

Este tópico visa a informar os custos com a execução do PAINT 2018, bem como as despesas aplicadas às fiscalizações e à capacitação dos auditores.

Para este cálculo, não foram considerados os recursos destinados a pagamento de pessoal (auditores e efetivo de apoio) e da vida vegetativa do CENCIAR. São considerados, conforme Quadro a seguir, os valores das diárias e das passagens para a realização das auditorias, das fiscalizações, das diligências e das capacitações, bem como os valores dos cursos realizados mediante emissão de empenho ou transferência de crédito.

EVENTO	CUSTO (R\$)	DIÁRIAS (R\$)		PASSAGENS AÉREAS (R\$)	TOTAL (R\$)
		MILITARES	CIVIS		
Auditorias do PAINT 2018	-	189.698,90	14.340,50	158.288,99	362.328,39
Auditoria Especial (PAGL)	-	6.886,55	-	5.544,79	12.431,34
Diligências e Fiscalizações	-	5.841,00	-	6.694,56	12.535,56
Cursos	54.196,92	3.348,75	-	8.037,99	65.583,66
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>452.878,95</b>
As auditorias, fiscalizações, diligências e cursos realizados em sede (Brasília) não acarretaram no pagamento de diárias ou passagens.					

Quadro 5: Custos com Auditoria, Fiscalização e Capacitação em 2018.

Fonte: Assessoria Administrativa – AADM (2019) e Assessoria de Metodologia e Normas – AMNO (2018).

## 4.3 MATERIAIS

Integram os recursos materiais as instalações e os instrumentos de trabalho, incluindo-se as ferramentas de Tecnologia da Informação (TI).

Com a reestruturação regimental do CENCIAR em 2018, houve a necessidade de alocar espaço para a recém-criada Subchefia de Controles e Processos (SCCP) e para a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (APOG), sendo ocupadas duas salas, anteriormente pertencentes à Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA).

Face ao exposto, foi adquirido o mobiliário e os equipamentos de TI de forma a propiciar o adequado funcionamento dos setores supramencionados no decorrer de 2019.

Quanto ao AUDIFISC, software que gerencia em ambiente intraer as auditorias do PAINT e os processos sob controle da Assessoria de Apoio ao Controle Externo (AACE), apresentou alta disponibilidade, sendo implementadas somente pequenas atualizações, visando a correções e melhorias no processamento do sistema.

No fim de 2018, foram licitadas melhorias previamente mapeadas pelos usuários do sistema para serem programadas e instaladas no AUDIFISC. Em 2019, com a implementação de novas versões, o software deverá propiciar, por exemplo, um controle mais célere e evidente dos prazos dos pontos de auditoria em monitoramento pelos auditores, bem como a possibilidade de emitir relatórios mais detalhados com a exportação de dados para planilhas eletrônicas.

## 5 DEMANDAS EXTERNAS E ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

Esta Seção aborda as demandas externas e as atividades de fiscalização originadas principalmente pelos Órgãos de Controle Externo, cujas ações são promovidas ou executadas pelo CENCIAR, concomitantemente, com atividades de auditoria interna.

Consistem, em sua maioria, de demandas do TCU; de ações que envolvem o ressarcimento ao Erário; de diligências e fiscalizações sobre a execução de processos; de fiscalizações; e de atos de admissão e de concessão de aposentadoria, reforma, pensão militar ou civil.

### 5.1 DEMANDAS EXTERNAS

A Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 174-7, de 2017 – Demandas Externas, aprovada pela Portaria CENCIAR nº 141/CR4, de 6 de dezembro de 2018, normatiza o tratamento de demandas externas relativas a dano ou indício de dano ao patrimônio público, nas quais haja envolvimento de gestores e UG do COMAER.

Assim, cabe ao CENCIAR por meio da Assessoria de Apoio ao Controle Externo (AACE) o apoio aos Órgãos de Controle Externo, estabelecendo relacionamento cooperativo para a obtenção de informações e para a realização de ações integradas ou complementares, especialmente quanto aos processos de contas anual, de Tomada de Contas Especial (TCE) e decorrentes de acórdãos e de outros instrumentos normativos.

Outrossim, a supracitada Instrução preconiza que o CENCIAR, ao receber as demandas externas dos diversos órgãos de controle e fiscalização deve dar o tratamento necessário à coleta de informações, devendo:

a) providenciar os despachos de encaminhamento às UG e/ou aos gestores, quando for desnecessária a manifestação do CENCIAR;

b) formalizar a resposta aos órgãos demandantes, por meio de correspondência apropriada, das informações fornecidas pelas UG, quando for dispensada a manifestação do CENCIAR;

c) designar auditores e equipe de apoio, por meio de Portaria, que deverá ser publicada em BCA, quando houver necessidade de manifestação por parte do CENCIAR;

d) coordenar a realização de diligências que necessitem de manifestação do CENCIAR quanto aos dados e às informações a serem apresentadas pelas UG ou gestores;

e) formalizar a resposta aos órgãos demandantes, por meio de correspondência apropriada, com o envio do relatório final de diligência referente à demanda externa, devidamente homologado pelo Chefe do CENCIAR;

f) acompanhar e controlar o andamento dos processos oriundos de demandas externas;

g) definir e controlar o prazo para atendimento das demandas externas, considerando o prazo fixado pelo órgão demandante, sua complexidade e outros fatores capazes de influenciar o tempo para atendê-la;

h) quando oportuno, comunicar aos Órgãos de Direção Geral, Setorial e de Assistência (ODGSA) sobre o conteúdo das demandas de suas UG subordinadas;

i) prestar informações diretamente aos órgãos de controle quando solicitadas a esta Unidade Setorial de Controle, com a respectiva manifestação formal; e

j) comunicar à UG demandada para a requisição de dados ou informações a respeito do processo em análise, observados os prazos definidos pela Unidade Setorial de Controle.

O Quadro a seguir demonstra, no ano de 2018, as quantidades de demandas externas recebidas pelo Centro de Controle Interno:

ÓRGÃO	TOTAL
TCU	93
CISSET-MD	23
CGU	5
MPU	16
MPM	14
DPF	1
<b>TOTAL</b>	<b>152</b>

Quadro 6: Demandas Externas.

Fonte: Assessoria de Apoio ao Controle Externo – AACE (2019).

### 5.1.1 MEDIDAS PARA APURAÇÃO E RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO

A Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 174-3, de 2018 – Procedimentos para Ressarcimento ao Erário, aprovada pela Portaria CENCIAR nº 106/AMNO, de 17 de setembro de 2018, e a Portaria nº 1.502/GC4, de 11 de outubro de 2017, normatizam os processos para o ressarcimento de dano ao Erário, no âmbito das UG do COMAER.

Essa citada Instrução preconiza que, quando houver fatos que contenham indícios de prejuízo à Fazenda Nacional, a autoridade competente da UG deverá adotar medidas administrativas para a elucidação dos fatos, a identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, caso o mesmo seja constatado.

Os processos que envolvam indicativos de dano ao Erário devem ser informados ao CENCIAR e aos ODGSA, tanto no momento da instauração quanto da conclusão, para propiciar o acompanhamento por parte dos mencionados Órgãos. A sistemática em comento foi ratificada por meio do Ofício Circular nº 1/CR2/939, de 15 de fevereiro de 2018, da Mensagem Telegráfica nº 2/AACE2, de 19 de dezembro de 2018, e das Mensagens SIAFI nº 2018/0340687, de 27 de fevereiro de 2018, e nº 2018/1582043, de 19 de dezembro de 2018, todos emitidos pelo CENCIAR.

Nesse contexto, as investigações efetuadas por Sindicância, IPM ou Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) são medidas preliminares para se constatar a caracterização ou elisão do dano, identificando oportunamente o responsável.

Conforme preconizado na ICA supracitada, essas informações são imprescindíveis para instruir o Processo Administrativo para Ressarcimento ao Erário (PARE) ou a TCE, quando não há o devido ressarcimento dos prejuízos à Fazenda Nacional.

Caso o PARE seja concluído sem que se tenha obtido o devido ressarcimento ao Erário pelo(s) responsável(eis), o dirigente máximo da UG encaminhará o processo à Pro-

curadoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), observadas as normas pertinentes emanadas pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pela própria PGFN.

Outrossim, em atenção à demanda da Procuradoria-Geral de Justiça Militar (PGJM), os processos de toda e qualquer irregularidade da qual resulte dano ao Erário ou derive de ações fraudulentas contra o patrimônio sob a administração militar são encaminhados, pelo CENCIAR, àquela Procuradoria. Isto posto, no ano de 2018, este Centro remeteu cópias de 216 (duzentos e dezesseis) processos à Justiça Militar.

Cabe ressaltar que as esferas disciplinar e criminal, bem como a administrativa, são tratadas em instâncias distintas, ou seja: os responsáveis respondem tanto pela transgressão disciplinar ou crime, quanto pelo dano ao Erário.

As investigações, cujas conclusões não envolvam dano ao Erário, devem ser tratadas pela UG na esfera disciplinar. Entretanto, os fatos a respeito de irregularidades ou ilegalidades de que não resultem dano ao Erário também devem ser informados ao CENCIAR. Caso seja constatado indício de crime militar, faz-se necessária a instauração de IPM.

Quando esgotadas as medidas administrativas sem a elisão do dano e, sendo o valor atualizado igual ou superior ao estabelecido na IN TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012, o dirigente máximo da UG solicita ao seu ODGSA, a instauração da TCE, sendo a sua portaria de instauração publicada em BCA.

O processo de TCE, quando concluído pela UG, é encaminhado ao ODGSA e, posteriormente, remetido ao CENCIAR em até 120 dias de sua instauração, a fim de que este Centro realize a análise dos autos do processo e encaminhe ao TCU, por intermédio da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (CISSET/MD).

As UG elaboram mapa mensal de controle de procedimentos administrativos relativos a danos ao Erário, para que haja o monitoramento dos processos pelo dirigente máximo da UG, conforme estabelece a ICA 174-3, de 2018.

Sendo assim, o Quadro a seguir demonstra, ao final de 2018, as quantidades de processos instaurados e concluídos, nas UG do COMAER, para a apuração e o ressarcimento de dano ao Erário.

	<b>TCA</b>	<b>SINDICÂNCIA</b>	<b>IPM</b>	<b>PARE</b>	<b>TCE</b>
EM ANDAMENTO NAS UG	4	71	27	79	3
CONCLUÍDAS E ENCAMINHADAS AO CENCIAR	10	122	40	105	7*
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>193</b>	<b>67</b>	<b>184</b>	<b>10</b>
*TCE encaminhadas ao TCU para julgamento					

Quadro 7: Medidas Adotadas para Apuração e Ressarcimento de Dano ao Erário.

Fonte: Assessoria de Apoio ao Controle Externo – AACE (2019).

## 5.2 FISCALIZAÇÃO

Compete à Divisão de Fiscalização (DFIS) a realização das atividades de acompanhamento da gestão e avaliação dos processos referentes às demandas externas, estabelecendo relacionamento cooperativo, regras e canais de comunicação para a obtenção de informações junto às UG.



Para o atendimento dessa competência, foram continuadas 8 (oito) diligências oriundas do ano de 2017 e 5 (cinco) fiscalizações, estas sendo elucidadas no Quadro a seguir:

UG	OBJETO	PERÍODO
CIAAR – Centro de Instrução e Adaptação da Aero-náutica	OBRA	23 A 27 ABR
	OBRA	04 A 08 JUN
	OBRA	05 A 09 NOV
CISCEA – Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo	PPP – PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	1º JAN A 31 DEZ
COMAE – Comando de Operações Aeroespaciais	SENSORIAMENTO REMOTO*	1º JAN A 13 AGO
*Licitação Internacional que objetiva a contratação da disponibilização de meios orbitais para o sensoriamento remoto de satélite e com acesso e direito de uso ao catálogo de imagens.		

Quadro 8: Fiscalizações 2018.

Fonte: Divisão de Fiscalização – DFIS (2019).

### 5.3 FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

A Divisão dos Atos de Pessoal (DPES) é a Divisão do CENCIAR responsável pelo exame, apreciação e homologação (emissão de Parecer quanto à legalidade) dos atos de admissão, concessão de aposentadoria, reforma, pensão militar e civil no âmbito do COMA-ER junto ao TCU, observando as disposições contidas na Instrução Normativa nº 78, de 21 de março de 2018, e Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, ambas do TCU, atendendo-se às instruções e ao Manual do Sistema ‘e-Pessoal’, de 13 de fevereiro de 2017.

A IN TCU nº 78, de 2018, dispõe sobre as atribuições do Órgão de Controle Interno e dos Órgãos de Pessoal, bem como o envio e o acesso às informações necessárias à apreciação e ao registro, pelo TCU, de atos de admissão e de concessões de aposentadoria, reforma e/ou pensão, por meio do Sistema ‘e-Pessoal’, do TCU.

Para o ano de 2018, foram recebidos e homologados os atos de pessoal demonstrados no Quadro a seguir:

Tabela	Recebidos	% Recebido	Encaminhados ao TCU	% Encaminhado ao TCU
Admissão	3.230	61,50%	3.371	61,14%
Aposentadoria	436	8,30%	436	7,91%
Pensão Civil	405	7,71%	405	7,34%
Pensão Militar	731	13,92%	788	14,29%
Reforma	450	8,57%	514	9,32%
<b>Total</b>	<b>5.252</b>	<b>100%</b>	<b>5.514</b>	<b>100%</b>

Quadro 9: Atos de Pessoal Recebidos e Homologados em 2018.

Fonte: Divisão dos Atos de Pessoal – DPES (2019).

Nos atos de pessoal em que o TCU verifica inconsistência ou indício, são solicitados documentos e/ou esclarecimentos ou ainda são determinadas diligências e/ou notificações.

Ainda em 2018, foram recebidos por este Centro, da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU (SEFIP), 10 (dez) diligências e 12 (doze) notificações.

A Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica (DIRAP), responsável pelo atendimento das diligências e notificações do TCU, atendeu a 8 (oito) diligências e a 7 (sete) notificações no mesmo período.

Com o objetivo de facilitar os trabalhos dos gestores e permitir o acompanhamento e o monitoramento mais eficiente das providências a cargo das Unidades Pagadoras (UPAG) dos Órgãos, a Secretaria Federal de Controle Interno da CGU (SFC/CGU) disponibi-

lizou, em 2014, o Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal para registro do posicionamento dos órgãos e auditores a respeito das inconsistências apresentadas regularmente pela CGU.

Nesse íterim, em 2018, foi recebido pelo CENCIAR a 6ª rodada de Trilhas de Auditoria de Pessoal, contendo 33 (trinta e três) inconsistências referentes à 10 (dez) UPAG. Todas essas inconsistências apontadas nas Trilhas de Auditoria foram solucionadas.

UG	Nº DE TRILHAS	SOLUCIONADA
AFA – Academia da Força Aérea	1	100%
BAFZ – Base Aérea de Fortaleza	1	
BASM – Base Aérea de Santa Maria	1	
III COMAR – Terceiro Comando Aéreo Regional	1	
DCTA – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	20	
GAP-DF – Grupamento de Apoio do Distrito Federal	1	
GAP-SJ – Grupamento de Apoio de São José dos Campos	2	
HCA – Hospital Central da Aeronáutica	3	
PAMB-RJ – Parque de Material Bélico da Aeronáutica do Rio de Janeiro	1	
SRPV-SP – Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo	2	

Quadro 10: Trilhas de Auditoria 2018.

Fonte: Divisão dos Atos de Pessoal – DPES (2019).

## **6 ANÁLISE DO PROCESSO DE GOVERNANÇA, DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DOS CONTROLES INTERNOS**

Este tópico visa a atender ao inciso VI, do Art. 17, da IN CGU nº 9, de 2018, quanto à percepção do processo de governança, de gerenciamento de riscos e dos controles internos nas UG auditadas.

### **6.1 PROCESSO DE GOVERNANÇA**

Quanto à análise do Processo de Governança, segundo o ‘Levantamento de Governança e Gestão Públicas 2018’ promovido e validado pelo TCU, que consistiu em auto-avaliações envolvendo 498 organizações públicas, o COMAER encontra-se em nível intermediário de maturidade de governança.

Entretanto, tanto na percepção do EMAER, quanto no observado por ocasião da Auditoria de Contas realizada nesse em 2018, verificaram-se oportunidades de melhorias, seja pela adequação à legislação ou pela necessidade do aperfeiçoamento de indicadores sobre os macroprocessos do COMAER para subsidiar o processo de decisório.

Outrossim, destacou-se a publicação do Plano de Integridade da Força Aérea Brasileira, elaborado sob a forma de Diretriz – DCA 16-3, publicada no BCA nº 22, de 21 de novembro de 2018, em razão do cumprimento da Portaria CGU nº 1.089, de 2018.

A publicação desse Plano de Integridade significou o estabelecimento do tratamento sistêmico sobre a gestão e o monitoramento da prática de princípios e de valores pelos agentes que compõem a instituição.

### **6.2 GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A metodologia adotada nas auditorias internas realizadas, referentes ao PAINT 2018, ainda não atingiram a maturidade necessária para a verificação dos controles internos frente aos riscos aos quais às UG auditadas estariam expostos.

Entretanto, dando continuidade ao iniciado em 2017, programas de trabalhos, das áreas de Licitações e Contratos e de Finanças e Pessoal, apresentaram matrizes de riscos norteando a verificação em campo por parte dos auditores.

Cabe salientar que o COMAER busca sedimentar os conceitos de governança, aliado ao gerenciamento de riscos com o intuito de disseminar essa prática em todas as suas UG.

Nesse sentido, em 2018, o EMAER revisou a Diretriz do COMAER para a Gestão de Riscos, a DCA 16-2, estabelecendo que cada UG elabore o seu plano de gerenciamento de riscos, por meio do uso de uma metodologia válida, a fim de respeitar as características específicas das diversas áreas de atuação nas quais essas UG estão inseridas.

Uma vez cumprida a DCA 16-2, todas as UG do COMAER possuirão planos de gerenciamento de riscos no curso do ano de 2019.

### **6.3 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO**

Para o ano de 2018, assim como no PAINT 2017, os critérios de seleção das UG a serem auditadas evidenciaram os Grupamentos de Apoio, criados em decorrência do processo de reestruturação do COMAER.

Entretanto, ressalta-se a seleção de 8 (oito) hospitais, haja vista a necessidade de verificar, além dos controles internos em vigor, o relacionamento desses com os Grupamentos de Apoio, responsáveis pela execução orçamentária dessas organizações saúde.

Em razão das diretrizes emanadas pelo EMAER em anos anteriores, ainda em 2018 foram verificadas as consequências da criação de novos Grupamentos de Apoio, bem como a extinção e a criação de outras UG, neste caso exemplificado pelo Centro de Aquisições Específicas (CAE), que absorveu 3 (três) UG Executoras, envolvendo o remanejamento de recursos materiais e, principalmente, humanos.

Assim como em 2017, depreendeu-se que os controles internos encontram-se em grau de maturidade em fase de evolução, pois a concentração administrativa, além de demandar readequações de recursos, acarretou na solução de continuidade de processos e na criação de novas interações administrativas entre as UG apoiadoras e as UG apoiadas.

Em decorrência da análise das auditorias realizadas em cumprimento ao PAINT 2018, verificou-se a necessidade nas UG auditadas, apoiadoras e apoiadas, de mapearem internamente os processos, a fim de identificar os agentes da administração, o fluxo de informações e a delimitação de atribuições e de responsabilidades.

Nesse sentido, denota-se a importância de intensificar o mapeamento dos processos por parte dos gestores que, refletindo-se em Normas Padrão de Ação (NPA), possam fortalecer a primeira linha de defesa, potencializando ações de controle interno para cada tarefa ou atividade inerente ao processo.

## **7 BENEFÍCIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DO CENCIAR**

O inciso VII, do Art. 17, da IN CGU nº 9, de 2018, requer uma análise dos benefícios gerados em consequência da execução da atividade de auditoria interna.

A IN CGU nº 09, de 2018, requer a evidenciação de benefícios financeiros e não financeiros decorrentes da atuação da Unidade de Auditoria Interna, no caso do COMA-ER, da atuação do CENCIAR.

Constatou-se que a execução das auditorias referente à execução do PAINTE 2018 gerou melhorias nas ações de controle interno por parte dos agentes da administração das UG auditadas.

Entretanto, o indicador constante do PLANSET do CENCIAR para mensurar os benefícios gerados na execução do PAINTE 2018 não se alinha integralmente ao requerido no supracitado inciso VII, pois foca nas recomendações e não no atendimento às mesmas.

O Plano Setorial para o CENCIAR em 2018 estabelecia que pelo menos 30% das recomendações emitidas deveriam conter benefícios aos controles internos da gestão da UG auditada.

Nesse sentido, no transcorrer do ano de 2018, o indicador apontou que 33,38% das recomendações emitidas nos relatórios de auditoria, referentes aos PAINTE 2017 e 2018, continham recomendações que agregavam valor aos controles internos da gestão.

No que tange aos benefícios financeiros, com base nas ações do fim de 2018, a perspectiva é que a nova versão do software AUDIFISC possa apresentar essa informação.

O sistema permitirá que o auditor responsável pelo monitoramento das recomendações no AUDIFISC informe os valores devolvidos ao Erário quando do encerramento do ponto de auditoria, possibilitando assim a mensuração dos benefícios financeiros.

## 8 PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE

Em atenção ao inciso VIII, do Art. 17, da IN CGU nº 9, de 2018, informa-se que o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) em auditoria no CENCIAR consta do seu Regimento Interno e encontra-se em fase de implantação.

Em 2018, após a reestruturação organizacional pela qual o CENCIAR foi submetido, o setor corresponsável por esse processo, foi dotado, em janeiro de 2019, de recursos humanos suficientes, instalações apropriadas e capacitação necessária.

A fim de manter a qualificação do corpo de auditores no período, ocorreram 90 (noventa) participações em eventos de capacitação, conforme já apresentado no Capítulo 4.

São dignas de menção outras atividades realizadas no período pelo CENCIAR, mesmo diante da incipiência do PGMQ em auditoria:

a) processo de implementação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, compreendendo o Plano de Desenvolvimento de Auditores e o Plano de Desenvolvimento Técnico-Administrativo;

b) padronização dos processos desenvolvidos nos diferentes setores, a partir de NPA de organização e funcionamento desses, que se desdobrarão em outras NPA, as quais irão tratar especificamente de cada processo; e

c) elaboração e atualização de normas a respeito das atividades de auditoria interna governamental:

– NSCA 174-2, Normas da Auditoria Interna Governamental, que se baseia no Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, com as devidas adequações ao contexto da Força Aérea;

– ICA 174-2, Registro dos Atos de Pessoal;

– ICA 174-3, Procedimentos para Ressarcimento ao Erário;

– ICA 174-4, Padrões de Auditoria Interna Governamental;

– ICA 174-5, Equipes de Auditoria Interna Governamental;

– ICA 174-6, Elaboração e Edição de Relatórios; e

– ICA 174-7, Demandas Externas.

Outrossim, em decorrência de reuniões coordenadas pela Ciset-MD, nas quais constavam representantes das Unidades de Auditoria Interna dos três Comandos Militares, que juntos a outras entidades auxiliaram a CGU na edição da IN CGU nº 9, de 2018, o CENCIAR tomou conhecimento da ferramenta escolhida pela Controladoria para avaliar a qualidade do processo de auditoria interna.

Essa ferramenta consiste no IA-CM (Internal Audit Capability Model), modelo sugerido pelo próprio IIA (Institute of Internal Auditors) para avaliar a maturidade da auditoria interna exercida pelas Unidades de Auditoria no Setor Público.

Tomando-se por base esse modelo e considerando-se os cinco níveis de maturidade, o CENCIAR tem a percepção de que, apesar de possuir requisitos de nível 2 (infraestrutura), fatores ligados à metodologia de trabalho aplicados à auditoria interna posicionam o Centro no nível 1 (inicial).

Consciente da necessidade de melhoria, diante das possibilidades atuais, o CENCIAR entende ser necessário dirimir as pendências do nível inicial para sedimentar-se no segundo nível (infraestrutura), tendo em vista os parâmetros do modelo IA-CM.

## 9 CONCLUSÃO

Oportunamente, conclui-se o presente RRAINT, emitindo uma breve síntese da interação da Unidade de Auditoria Interna do COMAER com o cenário no qual esteve inserido no exercício de 2018.

Inicialmente, ao debruçar-se sobre as atividades de auditoria interna realizadas nesse período, verificou-se a preocupação de atender à IN CGU nº 9, de 9 de outubro de 2018, apresentando no decorrer do texto as informações solicitadas.

Constatou-se o encerramento de 56% das auditorias que estavam em monitoramento referentes às execuções dos PAINT 2013 a 2018, bem como a realização de 36 (trinta e seis) auditorias do PAINT 2018, uma destas não planejada, registrando-se um acréscimo de 12 (doze) auditorias internas realizadas em relação ao ano de 2017.

Dentre as realizadas, as Auditorias de Avaliação de Gestão ratificaram mais uma vez os obstáculos enfrentados pelas UG face à reestruturação administrativa em curso, pois além do remanejamento de recursos, constatou-se a necessidade do fortalecimento da 1ª linha de defesa.

Verificou-se a necessidade de intensificar o mapeamento de processos de forma a aperfeiçoar e/ou estabelecer controles internos da gestão que propiciem oportunidades de melhoria nas UG, sejam elas apoiadoras ou apoiadas, bem como a relação entre essas.

Nesse intuito, o CENCIAR conseguiu alcançar a meta do seu Plano Setorial, que previa que, pelo menos 30% das recomendações emitidas traduzissem em melhorias dos controles internos da gestão. O índice atingido foi de 33,38% das recomendações referentes aos relatórios de auditoria emitidos em 2018.

Mesmo assim, faz-se necessário que o CENCIAR promova formas de evidenciar os benefícios provenientes das suas atividades de auditoria interna, o que, por exemplo, poderá ser operacionalizado com o aprimoramento do software AUDIFISC e com o aperfeiçoamento da metodologia aplicada aos processos de auditoria por meio da implantação efetiva do PGMQ.

Ressalta-se que o Centro é consciente da importância do desenvolvimento do PGMQ, o qual deve ser impulsionado na medida em que a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (APOG), setor corresponsável pelo programa, consolide seu funcionamento.

Contribuindo para o PGMQ, foram realizadas 90 (noventa) participações em eventos de capacitação, disponibilizando 43 (quarenta e três) auditores para a realização do PAINT 2018.

Ratificando-se a relevância do PGMQ, o CENCIAR, com base no modelo IA-CM, intenciona suprimir os requisitos do nível inicial e promover ações que consolidem o Centro no segundo nível (infraestrutura).

Esse processo evolutivo deverá traçar novas demandas de capacitação na medida em que as ações para se atingir esse patamar sejam conhecidas, devendo ocorrer integralmente com a geração de relatórios finais de auditoria plenamente inseridos na metodologia que tenha por base a análise da gestão de riscos na UG auditada.



Esse processo é de contínuo aprendizado, pois o próprio cenário de obtenção de conhecimento vislumbrando a prática da auditoria baseada em riscos é dinâmico, tendo em vista a gama de novos temas que cerceiam o processo de Governança como forma de concentrar esforços na busca da efetividade, da transparência e da accountability.

Nesse sentido, ações do COMAER demonstraram o comprometimento com as demandas desse contexto.

A DCA 16-2, que trata da Diretriz do COMAER para a Gestão de Riscos, foi revisada e, uma vez elaborados os planos de gerenciamento de riscos de todas as suas UG, respeitando as suas respectivas áreas de atuação, atingirá o objetivo proposto.

Com os planos de gerenciamento de riscos em vigor, espera-se uma solidificação de conhecimento pelos gestores, bem como a adoção de controles internos da gestão proativos, diminuindo-se a ocorrência de riscos inerentes aos processos.

Quanto ao processo de Governança, o COMAER, além da continuidade do próprio processo de reestruturação administrativa, publicou o Plano de Integridade da Força Aérea Brasileira, o que caracterizou o reforço sistêmico dos princípios e valores institucionalizados na concepção da Força, ou seja, o monitoramento contínuo da prática consciente de princípios e de valores intrínsecos ao COMAER nas atitudes dos seus agentes.

Assim, observa-se não apenas uma quebra de paradigma nos quais os gestores públicos tenham que superar para aperfeiçoar o funcionamento da máquina pública, mas igualmente um desafio constante aos gestores, inclusive àqueles que realizam as atividades de auditoria interna governamental.

Quanto às demais atividades de responsabilidade do CENCIAR em 2018, ratificando-se a alta demanda com assuntos originados por órgãos externos, observou-se que dos 152 (cento e cinquenta e dois) requerimentos, 61% foram oriundos do TCU, incluindo-se também a continuidade de 8 (oito) diligências do ano de 2017, a realização de 5 (cinco) fiscalizações para acompanhamento e avaliação de processos e o encaminhamento de 5.514 (cinco mil, quinhentos e quatorze) processos de fiscalização de pessoal ao TCU, em decorrência da IN TCU nº 78, de 2018.

Os processos instaurados visando ao ressarcimento ao Erário no âmbito do COMAER, totalizaram, em 2018, 468 (quatrocentos e sessenta e oito) demandas, das quais 284 (duzentos e oitenta e quatro) foram concluídas. Dessas, 7 (sete) eram TCE e foram encaminhadas ao TCU para julgamento.

Por fim, destacou-se a reestruturação regimental do CENCIAR, ratificando o Centro como terceira linha de defesa e caracterizando-o também como Órgão Central do Sistema de Controles Internos da Aeronáutica (SISCONIAER), neste caso, orientando e fortalecendo a segunda linha de defesa, bem como promovendo o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão adotados pela primeira linha de defesa.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Demandas Externas: ICA 174-7. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 215, 14 dez. 2017a. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <[http://www.cenciar.intraer/images/documentacao/ICA%20174-7\\_Demandas%20Externas\\_2017.pdf](http://www.cenciar.intraer/images/documentacao/ICA%20174-7_Demandas%20Externas_2017.pdf)>. Acesso em: 25fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Elaboração e edição de relatórios: ICA 174-6. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 215, 14 jan. 2017b. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <<http://www.cendoc.intraer/sispublic/publicacoes/ostensivas/ICA174-6.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Equipes de Auditoria, de Fiscalização e de Diligência: ICA 174-5. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 3, 4 jan. 2018a. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <<http://www.cendoc.intraer/sispublic/publicacoes/ostensivas/ICA174-5.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Gestão de Riscos no Comando da Aeronáutica: DCA 16-2. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 202, 21 nov. 2018b. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <[http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca\\_pdf/2018/bca\\_202\\_21-11-2018.pdf](http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca_pdf/2018/bca_202_21-11-2018.pdf)>. Acesso em: 25fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Governança no COMAER: DCA 16-1. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 189, 6 nov. 2017c. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <[http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca\\_pdf/2017/bca\\_189\\_06-11-2017.pdf](http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca_pdf/2017/bca_189_06-11-2017.pdf)>. Acesso em: 25fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Norma do Sistema de Controles Internos da Aeronáutica: NSCA 179-1. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 170, 27 set. 2018c. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <[http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca\\_pdf/2018/bca\\_170\\_27-09-2018.pdf](http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca_pdf/2018/bca_170_27-09-2018.pdf)>. Acesso em: 25fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Normas de Auditoria Interna: NSCA 174-2. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 58, 6 abr. 2016. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <<http://www.cendoc.intraer/sispublic/publicacoes/ostensivas/NSCA174-2.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Padrões de Auditoria Interna: ICA 174-4. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 215, 14 dez. 2017d. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <<http://www.cendoc.intraer/sispublic/publicacoes/ostensivas/ICA174-4.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Plano Anual de Auditoria Interna Governamental 2018 (PAAIG 2018): PCA 174-1. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 222, 28 dez. 2017e. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <[http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca\\_pdf/2017/bca\\_222\\_28-12-2017.pdf](http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca_pdf/2017/bca_222_28-12-2017.pdf)>. Acesso em: 25fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Plano de Integridade da Força Aérea Brasileira: DCA 16-3. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 202, 21 nov. 2018d. Rio de Janeiro, RJ: CEN-

DOC. Disponível em: < [http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca\\_pdf/2018/bca\\_202\\_21-11-2018.pdf](http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca_pdf/2018/bca_202_21-11-2018.pdf) >. Acesso em: 25fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Plano Setorial do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (PLANSET 2018-2021): PCA 11-105 **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 28, 21 fev. 2018e. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <[http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca\\_pdf/2018/bca\\_28\\_21-02-2018.pdf](http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca_pdf/2018/bca_28_21-02-2018.pdf)>. Acesso em: 25fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Controladoria-Geral da União. Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 abr. 2018f. Seção 1, p. 81. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/11984199](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/11984199)>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Procedimentos para Ressarcimento ao Erário: ICA 174-3. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 166, 21 set. 2018g. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <[http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca\\_pdf/2018/bca\\_166\\_21-09-2018.pdf](http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca_pdf/2018/bca_166_21-09-2018.pdf)>. Acesso em: 25fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Regimento Interno do Centro de Controle Interno do Comando da Aeronáutica: RICA 21-242. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 36, 20 fev. 2019. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <[http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca\\_pdf/2019/bca\\_29\\_20-02-2019.pdf](http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca_pdf/2019/bca_29_20-02-2019.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Regimento Interno do Centro de Controle Interno do Comando da Aeronáutica: RICA 21-242. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 116, 9 jul. 2018h. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <[http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca\\_pdf/2018/bca\\_116\\_09-07-2018.pdf](http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca_pdf/2018/bca_116_09-07-2018.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Registro dos Atos de Pessoal: ICA 174-2. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 103, 20 jun. 2017f. Rio de Janeiro, RJ: CENDOC. Disponível em: <<http://www.cendoc.intraer/sispublic/publicacoes/ostensivas/ICA174-2.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa nº 9, de 9 de outubro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 out. 2018i. Seção 1, pp. 72-73. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/44939745](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/44939745)>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa nº 163, de 6 de dezembro de 2017. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 dez. 2017g. Seção 1, pp. 56-146. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/988851/do1-2017-12-13-decisao-normativa-n-163-de-6-de-dezembro-de-2017-988847](http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/988851/do1-2017-12-13-decisao-normativa-n-163-de-6-de-dezembro-de-2017-988847)>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. Instrução Normativa nº 71, de 28 de novembro de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 maio 2017h. Seção 1, p. 49. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/guest/materia/>>

/asset\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20235574/do1-2017-05-25-instrucao-normativa-n-71-de-28-de-novembro-de-2012-20235428>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. Instrução Normativa nº 78, de 21 de março de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 mar. 2018j. Seção 1, p. 75. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/8039483/do1-2018-03-27-instrucao-normativa-n-78-de-21-de-marco-de-2018-8039479](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/8039483/do1-2018-03-27-instrucao-normativa-n-78-de-21-de-marco-de-2018-8039479)>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Levantamento de Governança e Gestão Públicas 2018**. Brasília, DF: TCU. 2018k. Disponível em: <<http://www.cscruz.org/igg2018//510-COMAER%20%28Comando%20da%20Aeron%C3%A1utica%29.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Resolução nº 206**, de 24 de outubro de 2007. 2007. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F624F272201626CB998DC4AAA>>. Acesso em: 25 fev. 2019.